MUNICÍPIO DE ITÁ, SC



NOTAS EXPLICATIVAS CONSOLIDADOS
e
RELATÓRIO DO BALANÇO GERAL CONSOLIDADO EXERCÍCIO 2017 DO MUNICÍPIO DE ITÁ

Município de Itá, SC.

Dados do Município de Itá, SC
Apresentação do Município
Aspectos Financeiros
Análise das Demonstrações Contábeis
Notas Explicativas

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito

DOMINGOS RODRIGUES DOS SANTOS
Vice-Prefeito

ELTON JOSÉ THOMAS
Contador CRC/SC 019.277/O-9

SILVIA BENDER MAGRI
Responsável Controle Interno

Secretaria de Administração e Fazenda

Departamento de Contabilidade

DADOS DO MUNICÍPIO DE ITÁ EM 2017, SC.

PODER EXECUTIVO

Prefeito



Jairo Luiz Sartoretto

Vice -Prefeito



Domingos Rodrigues dos Santos

INFORMAÇÕES MUNICIPAIS

Prefeito(a): Jairo Luiz Sartoretto
Microrregião: Microrregião do Alto Uruguai Catarinense
Aniversário: 13/12
Habitantes: 6.383
Eleitores: 5.901
IDH: 0.771
PIB: 196.527.655,00

PODER LEGISLATIVO

Presidente: Alcir Jose Hall
Contadora: Cristina C. Orlando

CÂMARA DE VEREADORES

Endereço: Rua 1, 357, Centro, Itá
Fone/fax:(49) 3458-1725
CEP:89.760-000
e-mail:camara@camaraita.sc.gov.br
Site: http://camaraita.sc.gov.br/

VERADORES

Alcir José Hall
Augustinho Squena
Cezar Lorscheiter
Cleo Carlos Mocelin
Everaldo Antonio Salvi
Jusselei Edson Perin
Maiquer José Gritti
Mario Gabriel
Nilso Martello

MUNICÍPIO DE ITÁ, SC
Endereço: Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro
CEP: 89.760-000
Telefone: (49) 3458-9500
Fax: (49) 3458-1198

Apresentação do Município

O Município de Itá localiza-se no Oeste Catarinense, no alto vale do rio Uruguai. Faz limite ao norte com o município de Seara - SC, ao Sul com o município de Aratiba - RS, ao leste com o município de Concórdia - SC e ao Oeste com o município de Paial - SC. A micro - região é composta por 16 municípios, cujo centro polarizador é Concórdia e faz parte da AMAUC - Associação dos municípios do Alto Uruguai Catarinense, AMULBI - Associação dos Municípios Lindeiros a Barragem da Usina Hidrelétrica Itá, a CONTUR - Fundação de Turismo do Vale do Contestado e a ROTA ITALIANA.

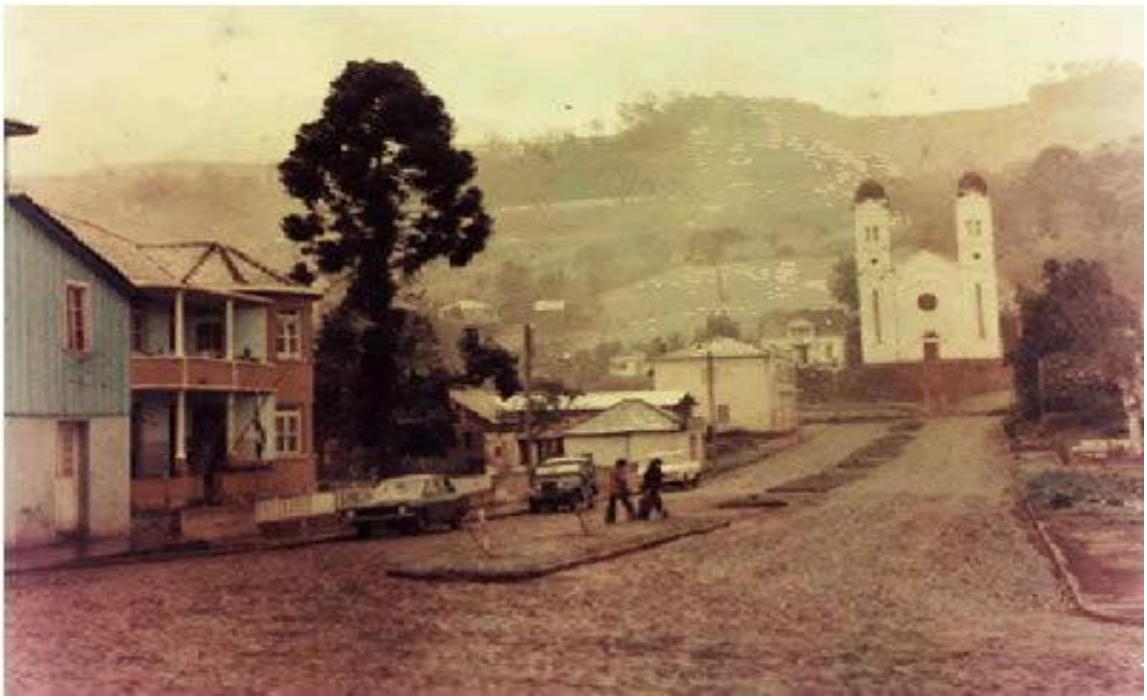


Fonte:contandoashoras.wordpress.com

MUNICÍPIO DE ITÁ, SC
Endereço: Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro
CEP: 89.760-000
Telefone: (49) 3458-9500
Fax: (49) 3458-1198

Os primeiros colonizadores chegaram por volta de 1920. Partiram através de uma picada de 60 km da ferroviária de Barros, hoje cidades de Gaurama, Rio Grande do Sul, atravessaram os povoados de Santo Antônio, Três Arroios e Dourados e seguiram até as margens do Rio Uruguai.

Fundaram um pequeno vilarejo às margens do rio Uruguai e dedicaram-se à extração de madeira, que mandavam para a Argentina através do rio. Em paralelo, desenvolviam a agricultura. A antiga vila, que se tornou distrito de Cruzeiro em 1924.



Fonte:https://blogaboina.com/2016/02/01/a-simpatica-ita-uma-historia-em-duas-torres-preservada-em-agua/

De 1947 a 1951 foi construída e primeira Usina Hidrelétrica em Itá, que se chamava COOPERATIVA FORÇA E LUZ ITAENSE DE REPRESENTAÇÃO LTDA.

A Usina entrou em operação no dia 08 de Maio de 1952, e foi inaugurada oficialmente na data de 02 de outubro de 1952 com a presença do Governador Irineu Bornausen.

Ficava localizada a 9 quilômetros da Sede Itá e operou até os meados de 1967/68, quando a Celesc ofereceu energia estadual.



Fonte:https://blogaboina.com/2016/02/01/a-simpatica-ita-uma-historia-em-duas-torres-preservada-em-agua/

No ano de 1956, Itá foi elevado á categoria de Município pela Lei nº 268 de 13 de novembro daquele ano, aprovada pela Assembléia Legislativa, mas sua instalação efetuou-se somente em 13 de dezembro de 1956, oportunidade em que esteve presente o então Vice Governador Heriberto Hulsen.Em 1977 a Eletrosul firmou contrato com CNES (Consórcio Nacional de Engenheiros S.A), sobre novos estudos para o aproveitamento do Rio Uruguai. Em 1978, a população de Itá recebia a notícia da construção de uma Usina, onde a Cidade iria desaparecer.Em 1979 os estudos de revisão feitos pela Eletrosul sobre o Rio Uruguai eram concluídos para a construção da Usina Hidrelétrica. Como a cidade de Itá seria completamente submersa pelas águas do reservatório

da Usina, uma nova sede municipal teve de ser pensada e planejada.No ano de 1981, em 13/12 acontece à visita do governador do Estado, Jorge Konder Bornhhausen e do Presidente da ELETROSUL, Telmo Tompson Flores. Neste ano, foi feito lançamento do marco fundamental da cidade nova. Em 1996, em função da Barragem do rio Uruguai, a cidade ganhou uma nova sede, totalmente planejada e com uma infra-

estrutura muito superior à da antiga Itá. O Município de Itá tem uma população estimada em 6.426[1] habitantes e Índice de Desenvolvimento Humano de 0, 771[2], considerando uma população estimada em 2015 de 6.347[3] habitantes, com área territorial é de 165, 869km².



A Sede administrativa está situada junto a Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, centro, Itá, SC.

Centro Administrativo do Município de Itá, SC.

MUNICÍPIO DE ITÁ, SC
Endereço: Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro
CEP: 89.760-000
Telefone: (49) 3458-9500
Fax: (49) 3458-1198

Município de Itá em 2017.

Aspectos Financeiros.

1 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO
2 – EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO
3 – LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS

1 - PLANEJAMENTO E ORÇAMENTO

O Plano Plurianual vigente para o exercício de 2017 foi aprovado pela lei municipal 2.286/2013 de 10 de setembro de 2013 e atualizado pela Lei nº 2489, de 06 de dezembro de 2016.

A Lei de Diretrizes Orçamentárias de 2017 foi aprovada pela Lei nº 2.457/2016, de 24 de maio de 2016 que "Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2017 e dá outras providências".

A Lei nº 2.490/2016, de 06 de dezembro de 2016 aprovou a Lei Orçamentaria 2017.

"Estima a Receita e fixa a Despesa do Município de Itá para o Exercício de 2017".

LEIDE MARA BENDER, Prefeita Municipal de Itá – Estado de Santa Catarina, no uso de suas atribuições conferidas por Lei, **FAZ SABER**, a todos os habitantes do Município, que a Câmara Municipal de Vereadores de Ita **VOTOU** e **APROVOU** e ele **SANCIONA** e **PROMULGA** a seguinte,

MUNICÍPIO DE ITÁ, SC
Endereço: Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro
CEP: 89.760-000
Telefone: (49) 3458-9500
Fax: (49) 3458-1198

O orçamento de 2017 foi previsto por órgão somando as seguintes despesas:

Administração Direta	**27.942.906,80**
Câmara Municipal de Vereadores	1.000.000,00
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	915.000,00
Secretaria Mun. Da Administração e Fazenda	4.556.681,13
Secretaria Municipal de Transportes	1.434,800,00
Secretaria Mun. Da Agricultura e Meio Ambiente	2.915.000,00
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer	9.395.565,67
Secretaria Municipal de Assistência Social	40.000,00
Secretaria Mun Turismo e Desenvolvimento Econômico	2.615.000,00
Secretaria Municipal de Obras e Serviços	1.870.000,00
Fundo Mun. Direitos da Criança e Adolescência	50.000,00
Fundo Municipal de Assistência Social	1.168.860,00
Fundo Municipal de Turismo	15.000,00
Fundo Municipal de Saneamento Básico	1.422.000,00
Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social – FMHI	110.000,00
Fundo Municipal de Defesa Civil – FMDC	60.000,00
Fundo Municipal de Direito do Idoso	45.000,00
Fundo Municipal de Desenvolvimento de Ita	160.000,00
Fundo Municipal de Meio Ambiente	70.000,00
Reserva de Contingência	100.000,00

Fundo Municipal de Saúde	**8.267.093,20**
Fundo Municipal de Saúde	8.267.093,20

Fundo Municipal de Assistência a Saúde do Servidor Municipal de Itá	**630.000,00**
Fundo Municipal de Assistência a Saúde do Servidor Municipal de Itá	630.000,00

Fundação Cultura de Ita	**40.000,00**
Fundação Cultura de Ita	40.000,00

Total Geral	**36.880.000,00**

No Município de Itá, SC, para o exercício de 2017, a Receita Corrente prevista foi de R$ 36.570.000,00 e de Capital R$ 310.000,00, totalizando R$ 36.880.000,00.

MUNICÍPIO DE ITÁ, SC
Endereço: Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro
CEP: 89.760-000
Telefone: (49) 3458-9500
Fax: (49) 3458-1198

2 - EXECUÇÃO DOORÇAMENTO

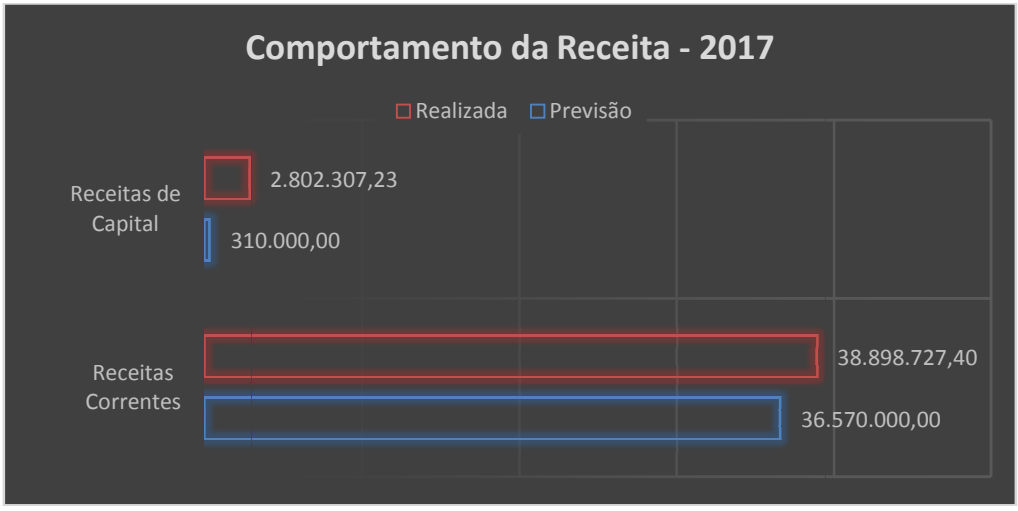
EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DO MUNICÍPIO DE ITÁ 2017



A execução do orçamento consolidado do Município de Itá em 2017 apresentou os seguintes resultados:

RECEITA CONSOLIDADA 2017

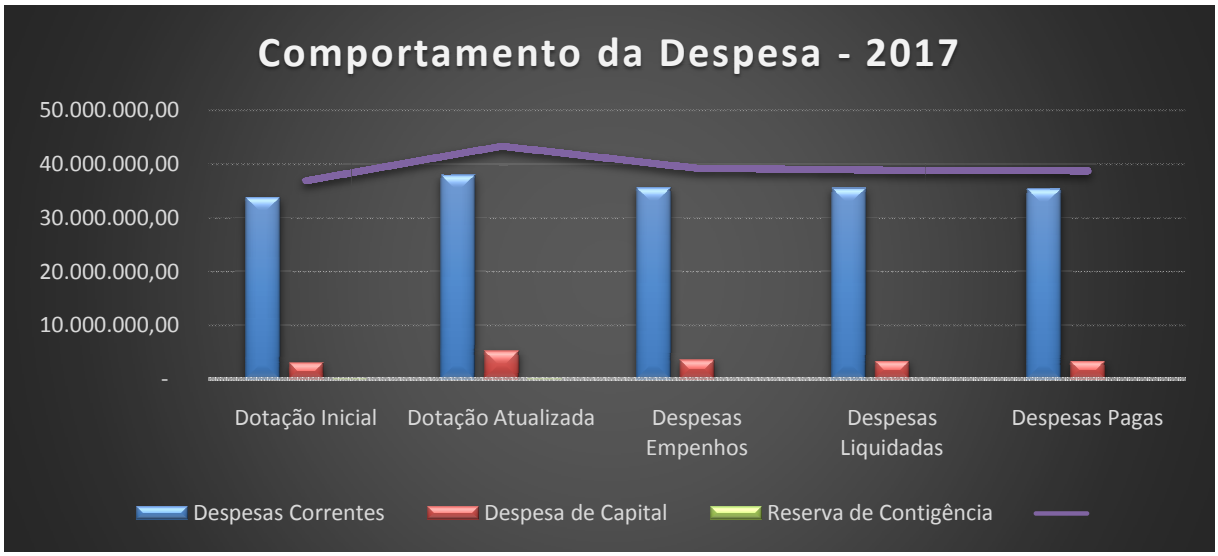
Descrição	Previsão	Realizada	Saldo
Receitas Correntes	36.570.000,00	38.898.727,40	2.328.727,40
Receitas de Capital	310.000,00	2.802.307,23	2.492.307,23
	36.880.000,00	**41.701.034,63**	**4.821.034,63**



MUNICÍPIO DE ITÁ, SC
Endereço: Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro
CEP: 89.760-000
Telefone: (49) 3458-9500
Fax: (49) 3458-1198

DESPESA CONSOLIDADA 2017

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhos	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo Dotação
Despesas Correntes	33.789.126,00	38.000.460,58	35.614.737,65	35.529.620,93	35.400.731,45	2.385.722,93
Despesa de Capital	2.990.874,00	5.212.453,19	3.557.072,07	3.310.304,66	3.310.304,66	1.655.381,12
Reserva de Contigência	100.000,00	100.000,00				100.000,00
	36.880.000,00	**43.312.913,77**	**39.171.809,72**	**38.839.925,59**	**38.711.036,11**	**4.141.104,05**



3 - LIMITES CONSTITUCIONAIS E LEGAIS



A Lei Complementar Federal nº 101/2000, conhecida como a Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), estabeleceu regras e limites para uma gestão fiscal responsável, visando ao equilíbrio das contas públicas. Nesse sentido, a LRF impôs o estabelecimento de metas de resultado primário e nominal a serem atingidas e fixou limites para as despesas com pessoal, endividamento, operações de crédito, garantias e contragarantias, bem como para inscrição dos restos a pagar.

Para verificação dos limites estabelecidos pela LRF, o parâmetro é a Receita Corrente Líquida (RCL). A RCL compreende a soma das receitas correntes do Estado, tais como receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes, deduzidas as parcelas entregues aos municípios e ao Fundeb por determinação constitucional ou legal, bem como as contribuições dos servidores públicos ao regime próprio de previdência, a compensação financeira entre os regimes geral e próprio de previdência e as restituições de receitas. Alem disso não foram consideradas as transferência de emendas individuais para Saúde via transferência fundo a fundo.

Em 2017, a RCL do Município de Itá, SC, totalizou R$ 38.427.394,05 milhões.

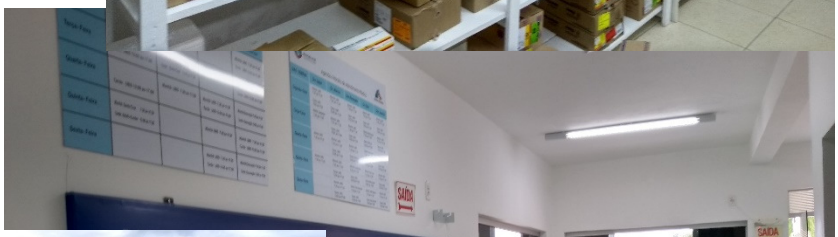
Para verificação da aplicação desses valores, utiliza-se como base a Receita de Impostos e Transferências. A receita de impostos e transferências soma todas as receitas de impostos municipais e as transferências constitucionais e legais recebidas do Estado e da União, referentes à divisão dos impostos.

MUNICÍPIO DE ITÁ, SC
Endereço: Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro
CEP: 89.760-000
Telefone: (49) 3458-9500
Fax: (49) 3458-1198

Saúde







Unidade de Saúde Central





Unidade de Saúde Adolfo Konder

No exercício de 2017, a Receita de Impostos e Transferências do Município de Itá, SC, foi de R$ 31.190.230,92 milhões.

No exercício de 2017, o total aplicado na área da saúde foi de R$ 9.089.805,09, sendo R$ 6.596.885,44 recursos provenientes de impostos e R$ 2.492.919,65 recursos vinculados. Esses recursos financeiros foram convertidos em aquisição de medicamentos, atendimentos médicos e de enfermagem, exames, transporte de pacientes, equipamentos, obras, convênios com hospitais municipais e filantrópicos, folha de pagamentos entre outras.

No exercício de 2017, o percentual de aplicação em Saúde do Município de Itá, SC, foi de 21,15%, representando R$ 1.918.350,80 acima do limite mínimo constitucional.

Educação

Para garantir a aplicação de um valor mínimo em educação, a Constituição Federal de 1988 determinou que estados e municípios aplicassem 25% das receitas de impostos e de transferências na manutenção e no desenvolvimento do ensino.

Em 1996, com a Emenda Constitucional nº 14/1996, foi criada uma sub vinculação desses recursos ao ensino fundamental, por meio do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF), no âmbito dos estados e municípios, para partilha dos recursos com base no número de alunos do ensino fundamental atendidos em cada rede de ensino.

Já em 2006, a Emenda Constitucional nº 53/2006 substituiu o Fundef pelo Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (Fundeb). Com o Fundeb, essa sub vinculação passou a ser de 20% das receitas dos impostos e das transferências dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, e a utilização dos recursos foi ampliada para toda a educação básica.

Os recursos do Fundeb são compostos, em cada estado, pelos percentuais de receitas dos estados e de todos os municípios, formando o montante total de recursos. Esse montante é dividido entre o Estado e seus municípios, na proporção do número de alunos atendidos na educação básica da rede pública. Ou seja, os municípios recebem recursos do Fundeb com base no número de alunos matriculados na educação infantil e no ensino fundamental, e o Estado com base no número de alunos matriculados nos ensinos fundamental e médio. Nessa divisão, verifica-se o atendimento da parcela mínima de recursos por aluno.

Em 2017, o Governo Municipal de Itá, SC, arrecadou R$ 3.929.259,87 referente recursos do FUNDEB e destinou ao Fundo R$ 5.687.481,25, demonstrando perda do FUNDEB de R$ 1.771.010,31.

O Município de Itá, SC, recebeu R$ 865.600,26 em recursos vinculados a Educação, da União e Estado, como Salário Educação, PDDE, PNAE, PNATE e outras transferências do FNDE.

A Receita de Impostos e Transferências que compõe a base de cálculo de aplicação em educação somou R$ 31.766.793,19 em 2017, e o Município aplicou o total de R$ 9.552.348,98 milhões em despesas para fins de limite em Educação, alcançando 30,07% sobre a Receita de Impostos e Transferências.



As despesas na educação foram aplicadas em merenda escolar, transporte escolar, folha de pagamento, manutenção, construção, ampliação, reforma e manutenção de unidades escolares,centros de educação de jovens e adultos, espaços esportivos, materiais didáticos, mobiliário, equipamentos de informática e também na formação e na remuneração do magistério.

Despesa com Pessoal

A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 169, determinou que a “despesa com pessoal ativo e inativo da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios não poderá exceder os limites estabelecidos em lei complementar”.

Esses limites foram estabelecidos na LRF, em seus artigos 19, 20, 22 e 59, que versam sobre os limites de despesa com pessoal de cada poder e órgão em relação à RCL.

Em 2017, o Município de Itá, SC ficou abaixo do limite legal das despesas com pessoal estabelecido pela LRF. As despesas com pessoal do Poder Executivo representaram 44,01%, e o Poder Legislativo 1,64% da RCL (R$ 38.427.394,05), respectivamente. As despesas com pessoal consolidado do município representa 45,65% da RCL.

Dívida Consolidada Líquida

A Dívida Consolidada Líquida corresponde ao valor da Dívida Pública Consolidada menos as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros, que são valores a receber líquidos e certos. Os limites da dívida são definidos pela Resolução nº 40/2001, do Senado Federal, conforme estabelecido no artigo 52 da Constituição Federal de 88.

MUNICÍPIO DE ITA - SC
RELATÓRIO DA GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017

RGF – ANEXO 2 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "b") — R$ 1,00

DÍVIDA CONSOLIDADA	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA - DC (I)	**2.059.426,96**	**3.023.548,06**	**2.806.200,95**	**2.877.532,67**
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	1.327.339,39	1.292.973,00	1.258.606,60	1.313.666,97
Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Reestruturação da Dívida de Estados e Municípios	0,00	0,00	0,00	0,00
Financiamentos	0,00	0,00	0,00	0,00
Internos	0,00	0,00	0,00	0,00
Externos	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento e Renegociação de Dívidas	1.327.339,39	1.292.973,00	1.258.606,60	1.313.666,97
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Previdenciárias	1.327.339,39	1.292.973,00	1.258.606,60	1.313.666,97
De Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Com Instituição Não Financeira	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Dívidas Contratuais	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios Posteriores a 05/05/2000 (Inclusive) - Vencidos e não Pa	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	732.087,57	1.730.575,06	1.547.594,35	1.563.865,70
DEDUÇÕES (II)	**4.693.077,39**	**5.491.780,33**	**5.594.492,39**	**6.570.825,58**
Disponibilidade de Caixa	4.693.077,39	5.491.780,33	5.594.492,39	6.570.825,58
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.301.810,98	6.466.765,13	6.610.397,06	6.711.587,47
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	608.733,59	974.984,80	1.015.904,67	140.761,89
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (DCL) (III) = (I - II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**35.840.173,14**	**36.848.538,44**	**37.994.186,04**	**38.427.394,05**
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	**5,75%**	**8,21%**	**7,39%**	**7,49%**
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**	**0,00%**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 120%	**43.008.207,77**	**44.218.246,13**	**45.593.023,25**	**46.112.872,86**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do § 1º do art. 59 da LRF) - 108%	**38.707.386,99**	**39.796.421,52**	**41.033.720,92**	**41.501.585,57**

OUTROS VALORES NÃO INTEGRANTES DA DC	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
PRECATÓRIOS ANTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PRECATÓRIOS POSTERIORES A 05/05/2000	0,00	0,00	0,00	0,00
PASSIVO ATUARIAL	0,00	0,00	0,00	0,00
INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA	0,00	0,00	0,00	0,00
DEPÓSITOS	22.574,61	192.136,52	214.532,84	2.367,86
RP NÃO-PROCESSADOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	1.126.037,86	8.979.061,98	5.377.451,50	462.157,47
ANTECIPAÇÕES DE RECEITA ORÇAMENTÁRIA - ARO	0,00	0,00	0,00	0,00

1. Se o saldo apurado for negativo, ou seja, se o total do Ativo Disponível mais os Haveres Financeiros for menor que Restos a Pagar Processados, não deverá ser informado nessa linha, mas sim na linha da "Insuficiência Financeira", das Obrigações não integrantes da Dívida Consolidada - DC. Assim quando o cálculo de DEDUÇÕES (II) for negativo, colocar um "-" (traço) nessa linha.

Operações de Crédito

De acordo com a LRF (artigo 29, inciso III), a Operação de Crédito corresponde ao compromisso financeiro assumido em razão de mútuo, abertura de crédito, emissão e aceite de título, aquisição financiada de bens, recebimento antecipado de valores provenientes da venda a termo de bens e

serviços, arrendamento mercantil e outras operações assemelhadas, inclusive com o uso de derivativos financeiros. O Município de Itá não contratou operação de crédito em 2017, e não possui operação de crédito a pagar.

MUNICÍPIO DE ITA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF – ANEXO 4 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c") — R$ 1,00

OPERAÇÕES DE CRÉDITO	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Mobiliária	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00
Interna	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
Externa	0,00	0,00
Empréstimo	0,00	0,00
Aquisição Financiada de Bens e Arrendamento Mercantil Financeiro	0,00	0,00
Antecipação de Receita pela Venda a Termo de Bens e Serviços	0,00	0,00
Assunção, Reconhecimento e Confissão de Dívidas (LRF, art. 29, § 1º)	0,00	0,00
Operações de crédito previstas no art. 7º § 3º da RSF nº 43/2001¹	0,00	0,00
TOTAL (I)	**0,00**	**0,00**

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DOS LIMITES	VALOR	% SOBRE A RCL
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	**38.427.394,05**	**—**
OPERAÇÕES VEDADAS(II)	**0,00**	**0,00**
TOTAL CONSIDERADO PARA FINS DA APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE (III) = (Ia + II)	**0,00**	**0,00**
LIMITE GERAL DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO EXTERNAS E INTERNAS	**6.148.383,05**	**16,00**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 14,4%	**5.533.544,74**	**14,40**
OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA ORÇAMENTÁRIA	**2.689.917,58**	**7,00**

OUTRAS OPERAÇÕES QUE INTEGRAM DÍVIDA CONSOLIDADA	VALOR REALIZADO	
	No Quadrimestre de referência	Até o Quadrimestre de referência (a)
Parcelamentos de Dívidas	89.426,74	89.426,74
Tributos	0,00	0,00
Contribuições Previdenciárias	89.426,74	89.426,74
FGTS	0,00	0,00
Operações de reestruturação e recomposição do principal de dívidas	0,00	0,00

Garantias e Contragarantias

O Município de Itá, SC, não concedeu nem recebeu garantias ou contragarantias em 2017.

MUNICÍPIO DE ITA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO DE 2017

RGF – Anexo 3 (LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º) — R$ 1,00

GARANTIAS CONCEDIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (I)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (II)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL GARANTIAS CONCEDIDAS (III) = (I + II)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	**35.840.173,14**	**36.848.538,44**	**37.994.186,04**	**38.427.394,05**
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - 22%	**7.884.838,09**	**8.106.678,46**	**8.358.720,93**	**8.454.026,69**
LIMITE DE ALERTA (inciso III do §1º do art. 59 da LRF) - 19,8%	**7.096.354,28**	**7.296.010,61**	**7.522.848,84**	**7.608.624,02**

CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS	SALDO DO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE 2017		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS (V)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS (VI)				
Aval ou Fiança em operações de crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias nos Termos da LRF	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL CONTRAGARANTIAS RECEBIDAS VII = (V + VI)	**0,00**	**0,00**	**0,00**	**0,00**
MEDIDAS CORRETIVAS:				

Inscrição dos Restos a Pagar e Disponibilidade de Caixa

Os restos a pagar são as despesas empenhadas e não pagas até o término do exercício. Dividem-se em restos a pagar processados (despesas liquidadas e não pagas) e restos a pagar não processados (despesas empenhadas e não liquidadas).

MUNICÍPIO DE ITA - SC
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO CONSOLIDADO DA DISPONIBILIDADE DE CAIXA E DOS RESTOS A PAGAR
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/QUADRIMESTRE SETEMBRO - DEZEMBRO

RGF - Anexo 5 (LRF, art. 55, Inciso III, alínea "a") — R$ 1,00

IDENTIFICAÇÃO DE RECURSOS	DISPONIBILIDADE DE CAIXA BRUTA	OBRIGAÇÕES FINANCEIRAS				INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA VERIFICADA NO CONSÓRCIO PÚBLICO	DISPONIBILIDADE DE CAIXA LÍQUIDA (ANTES DA INSCRIÇÃO EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS)	RESTOS A PAGAR EMPENHHADOS E NÃO LIQUIDADOS DO EXERCÍCIO	EMPENHOS NÃO LIQUIDADOS CANCELADOS (NÃO INSCRITOS POR INSUFICIÊNCIA FINANCEIRA)
		Restos a Pagar Liquid. e Não Pagos		Restos a Pagar Empenhados e Não Liquidados de Exercícios Anteriores	Demais Obrigações Financeiras				
		De Exercícios Anteriores	Do Exercício						
	(a)	(b)	(c)	(d)	(e)	(f)	(g) = (a - (b + c + d + e) - f)		
TOTAL DOS RECURSOS VINCULADOS (I)	4.990.851,77	11.872,41	62.486,85	120.383,34	1.629,43	0,00	4.794.479,74	253.629,60	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Educa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 60%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências do FUNDEB 40%	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Impostos e de Transferência de Impostos - Saúde	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Recursos Destinados à Saúde	11.660,36	0,00	1.252,51	0,00	0,00	0,00	10.407,85	0,00	0,00
Recursos Destinados à Assistência Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Previdenciário	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos destinados ao RPPS - Plano Financeiro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Operações de Crédito (exceto destinados à Educ	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Recursos de Alienação de Bens/Ativos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Destinações Vinculadas de Recursos	4.979.191,41	11.872,41	61.234,34	120.383,34	1.629,43	0,00	4.784.071,89	253.629,60	0,00
TOTAL DOS RECURSOS NÃO VINCULADOS (II)	1.733.148,02	0,00	66.402,63	9.890,00	738,43	0,00	1.656.116,96	78.254,53	0,00
Recursos Ordinários	1.733.148,02	0,00	66.402,63	9.890,00	738,43	0,00	1.656.116,96	78.254,53	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	6.723.999,79	11.872,41	128.889,48	130.273,34	2.367,86	0,00	6.450.596,70	331.884,13	0,00

FONTE:

Resultado Primário

O resultado primário é a diferença entre a receita primária e a despesa primária.De forma simples, pode-se considerar que as receitas e as despesas primárias são aquelas típicas de operações do Governo Municipal, não sendo inclusas aí as receitas e as despesas financeiras.Portanto, do lado das receitas, não são considerados recursos obtidos com aplicações financeiras, operações de crédito, amortização de empréstimos concedidos ou alienação de bens. Do lado da despesa, não são considerados os gastos com o pagamento dos juros e a amortização da dívida,bem como as concessões de empréstimos.

No ano de 2017, o Município de Itá, SC, apresentou o seguinte resultado:

MUNICÍPIO DE ITÁ, SC
Endereço: Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro
CEP: 89.760-000
Telefone: (49) 3458-9500
Fax: (49) 3458-1198

Município de ITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO - ANEXO 6 (LRF, art 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS	
		Até o Bimestre/2017	Até o Bimestre/2016
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	**36.375.000,00**	**38.460.270,79**	**35.366.389,95**
Receita Tributária	2.945.000,00	3.142.180,64	2.944.020,75
I.P.T.U.	350.000,00	332.553,42	308.862,52
I.S.S.	1.350.000,00	1.371.972,57	1.249.514,27
I.T.B.I.	250.000,00	213.445,54	279.980,90
I.R.R.F.	400.000,00	757.633,34	598.918,56
Outras Receitas Tributárias	595.000,00	466.575,77	506.744,50
Receita de Contribuição	650.000,00	741.972,25	710.134,34
Receitas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	650.000,00	741.972,25	710.134,34
Receita Patrimonial Líquida	50.000,00	32.194,81	38.042,25
Receita Patrimonial	245.000,00	470.651,42	511.825,44
(-) Aplicações Financeiras	195.000,00	438.456,61	473.783,19
Transferências Correntes	32.298.118,87	33.722.392,71	31.107.524,58
F.P.M.	5.840.000,00	5.683.262,38	5.873.586,98
I.P.V.A.	560.000,00	531.195,85	498.598,78
I.C.M.S.	17.200.000,00	16.803.894,14	14.445.160,14
Convênios	100.000,00	305.470,29	241.307,47
Outras Transferências Correntes	8.598.118,87	10.398.570,05	10.048.871,21
Demais Receitas Correntes	431.881,13	821.530,38	566.668,03
Dívida Ativa	110.000,00	97.832,10	99.915,73
Diversas Receitas Correntes	321.881,13	723.698,28	466.752,30
RECEITAS DE CAPITAL (II)	**310.000,00**	**2.802.307,23**	**2.727.147,98**
Operações de Crédito (III)	0,00	1.227.372,88	684.000,00
Amortização de Empréstimos (IV)	10.000,00	2.348,20	5.344,93
Alienação de Ativos (V)	300.000,00	141.500,00	835.639,90
Transferências de Capital	0,00	1.431.086,15	1.202.163,15
Convênios	0,00	1.220.532,65	949.763,15
Outras Transferências de Capital	0,00	210.553,50	252.400,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	**0,00**	**1.431.086,15**	**1.202.163,15**
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**36.375.000,00**	**39.891.356,94**	**36.568.553,10**

Município de ITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS		INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	
		Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Até o Bimestre/ 2017	Até o Bimestre/ 2016	Em 2017	Em 2016
DESPESAS CORRENTES (VIII)	**38.000.460,58**	**35.614.737,65**	**32.978.074,74**	**35.529.620,93**	**32.903.215,83**	**85.116,72**	**74.858,91**
Pessoal e Encargos Sociais	18.247.378,57	17.535.580,91	15.982.367,96	17.534.515,25	15.982.367,96	1.065,66	0,00
Juros e Encargos da Dívida (IX)	125.038,16	125.038,16	159.314,96	125.038,16	159.314,96	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	19.628.043,85	17.954.118,58	16.836.391,82	17.870.067,52	16.761.532,91	84.051,06	74.858,91
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	**37.875.422,42**	**35.489.699,49**	**32.818.759,78**	**35.404.582,77**	**32.743.900,87**	**85.116,72**	**74.858,91**
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	**5.212.453,19**	**3.557.072,07**	**4.284.712,52**	**3.310.304,66**	**3.233.533,57**	**246.767,41**	**1.051.178,95**
Investimentos	4.589.555,48	2.944.174,40	3.577.764,67	2.697.406,99	2.526.585,72	246.767,41	1.051.178,95
Inversões Financeiras	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	612.897,71	612.897,67	706.947,85	612.897,67	706.947,85	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII - XIV)	**4.599.555,48**	**2.944.174,40**	**3.577.764,67**	**2.697.406,99**	**2.526.585,72**	**246.767,41**	**1.051.178,95**
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	**100.000,00**	-	-	-	-	-	-
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**42.574.977,90**	**38.433.873,89**	**36.396.524,45**	**38.101.989,76**	**35.270.486,59**	**331.884,13**	**1.126.037,86**
RESULTADO PRIMÁRIO (XIX) = (VII - XVIII)	**-6.199.977,90**	**1.457.483,05**	**172.028,65**	**1.789.367,18**	**1.298.066,51**	**39.559.472,81**	**35.442.515,24**
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	**2.695.884,40**	-	**2.695.884,40**	**0,00**	-	-
Superávit Financeiro	-	2.695.884,40	-	2.695.884,40	0,00	-	-
Reabertura de Créditos Adicionais	-	0,00	-	0,00	0,00	-	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	495.000,00

FONTE:

Resultado Nominal

O objetivo do Resultado Nominal é medir a evolução da Dívida Fiscal Líquida entre o exercício anterior e o exercício atual.

De acordo com o Manual de Demonstrativos Fiscais, editado pela Secretaria do Tesouro Nacional, a dívida fiscal líquida corresponde à dívida consolidada líquida somada às receitas de privatização, deduzidos os passivos reconhecidos decorrentes de um deficit ocorrido em exercícios anteriores. Já a dívida consolidada líquida (DCL) corresponde ao saldo da dívida consolidada, deduzido o ativo disponível (disponibilidade de caixa bruta) e os haveres financeiros, sendo esses últimos líquidos dos restos a pagar processados.

Município de ITA - SC
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A DEZEMBRO 2017/BIMESTRE NOVEMBRO - DEZEMBRO

RREO – Anexo 5 (LRF, art 53, inciso III) — R$ 1,00

DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA	SALDO		
	Em 31 Dez 2016 (A)	Em 31 Out 2017 (B)	Em 31 Dez 2017 (C)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	2.059.426,96	2.748.505,67	2.877.532,67
DEDUÇÕES (II)	4.693.077,39	5.448.031,74	6.570.825,58
Disponibilidade de Caixa	4.693.077,39	5.448.031,74	6.570.825,58
Disponibilidade de Caixa Bruta	5.301.810,98	6.574.799,41	6.711.587,47
(-) Restos a Pagar Processados (Exceto Precatórios)	608.733,59	1.126.767,67	140.761,89
Demais Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

RESULTADO NOMINAL	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (VIc - VIb)	Jan a Dez 2017 (VIc - VIa)
VALOR	**0,00**	**0,00**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR CORRENTE
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO P/ O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	-300.000,00

MUNICÍPIO DE ITÁ, SC
Endereço: Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro
CEP: 89.760-000
Telefone: (49) 3458-9500
Fax: (49) 3458-1198



Município de Itá exercício de 2017

Análise das Demonstrações Contábeis

1 -Análise de quocientes do Balanço Orçamentário

2 -Análise de quocientes do Balanço Patrimonial

3 -Análise de quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais

4 -Análise de quocientes do Balanço Financeiro

5 -Análise de quocientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Análise das Demonstrações Contábeis

A análise das Demonstrações Contábeis do Balanço Geral tem por finalidades a obtenção, a decomposição e a interpretação de valores constantes nos demonstrativos para gerar informações úteis que possibilitem o entendimento das contas do Município, auxiliando no processo de tomada de decisão. Essa análise observa a evolução de indicadores nos últimos dois anos.

Os indicadores estão divididos em cinco partes:

a) Indicadores do Balanço Patrimonial
b) Análise da Execução Orçamentária
c) Análise do Balanço Financeiro
d) Análise das Variações Patrimoniais
e) Análise da Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Os valores desses indicadores têm como base as Demonstrações Contábeis, que apresenta os valores consolidados do Município.

A seguir, apresentam-se alguns conceitos definidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, pela Lei nº 4.320/64, pelo Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público (MCASP) e por outras literaturas da área, com o objetivo de propiciar uma melhor compreensão da metodologia estruturada nas Demonstrações Contábeis do Balanço Geral.

Ativo– compreende os recursos controlados pela entidade como resultado de eventos passados e do qual se espera que resultem para a entidade benefícios econômicos futuros ou potencial de serviços. Abrange as disponibilidades, os direitos e os bens, tangíveis ou intangíveis adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelo setor público, que este seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerentes à prestação de serviços públicos.

Passivo– compreende as obrigações presentes da entidade, derivadas de eventos passados, cujos pagamentos se espera que resultem para a entidade

saídas de recursos capazes de gerar benefícios econômicos ou potencial de serviços. Compreende as obrigações assumidas pelas entidades do setor público para a consecução dos serviços públicos ou mantidas na condição de fiel depositário, assim como as provisões.

Patrimônio Líquido – é o valor residual dos ativos da entidade depois de deduzidos todos os seus passivos.

Patrimônio Público – é o conjunto de direitos e bens, tangíveis ou intangíveis, onerados ou não, adquiridos, formados, produzidos, recebidos, mantidos ou utilizados pelas entidades do setor público, que este seja portador ou represente um fluxo de benefícios, presente ou futuro, inerente à prestação de serviços públicos ou à exploração econômica por entidades do setor público e suas obrigações.

Ativo Circulante – compreende os ativos que atendam a qualquer um dos seguintes critérios: sejam caixa ou equivalente de caixa; sejam realizáveis ou mantidos para venda ou consumo dentro do ciclo operacional da entidade; sejam mantidos para fins comerciais; sejam realizáveis dentro dos doze meses seguintes à data da publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Não Circulante– compreende os bens e direitos realizáveis após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Ativo Permanente– compreende os bens, os créditos e os valores cuja mobilização ou alienação dependa de autorização legislativa.

Ativo Financeiro – compreende os créditos e os valores realizáveis, independentemente de autorização orçamentária, e os valores numerários.

Passivo Circulante – compreende as obrigações pendentes ou em circulação exigíveis até o término do exercício seguinte ao da publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Não Circulante – compreende as obrigações conhecidas e estimadas, cujos prazos estabelecidos ou esperados situem-se após os doze meses seguintes à data de publicação das demonstrações contábeis.

Passivo Permanente – compreende as dívidas fundadas e outras que dependam de autorização legislativa para amortização ou resgate.

Passivo Financeiro – compreende as dívidas fundadas e outros compromissos exigíveis cujo pagamento independa de autorização orçamentária como os restos a pagar, os serviços da dívida a pagar, os depósitos e os débitos de tesouraria (operações de crédito por antecipação de receita).

Variações Patrimoniais – são transações que promovem alterações nos elementos patrimoniais da entidade do setor público, mesmo em caráter compensatório, afetando ou não o seu resultado. Elas são divididas em quantitativas e qualitativas. As variações patrimoniais qualitativas alteram a composição dos elementos patrimoniais sem afetar o patrimônio líquido, determinando modificações apenas na composição específica dos elementos patrimoniais. As variações patrimoniais quantitativas decorrem de transações que aumentam ou diminuem o patrimônio líquido, subdividindo-se em Variações Patrimoniais Aumentativas (VPA) e Variações Patrimoniais Diminutivas (VPD).

Variações Patrimoniais Aumentativas (VPAs) – são variações patrimoniais que aumentam o patrimônio líquido (receita sob o enfoque patrimonial).

Variações Patrimoniais Diminutivas (VPDs) – são variações patrimoniais que diminuem o patrimônio líquido (despesa sob o enfoque patrimonial).

Balanço Patrimonial – evidencia qualitativa e quantitativamente a situação patrimonial da entidade pública. É estruturado em Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido.

Balanço Orçamentário – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, detalhadas em níveis relevantes de análise, confrontando o orçamento inicial e as suas alterações com a execução, e demonstrando o resultado orçamentário. É estruturado de forma a evidenciar a integração entre o planejamento e a execução orçamentária.

Balanço Financeiro – evidencia as receitas e as despesas orçamentárias, bem como os recebimentos e os pagamentos de natureza extraorçamentária, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.

Demonstração das Variações Patrimoniais – evidencia as variações quantitativas (VPAs e VPDs), o resultado patrimonial e as variações qualitativas decorrentes da execução orçamentária.

Demonstração dos Fluxos de Caixa – permite aos usuários projetar cenários de fluxos futuros de caixa e elaborar análise sobre eventuais mudanças em torno da capacidade de manutenção do regular financiamento dos serviços públicos. O fluxo de caixa das operações compreende os ingressos, inclusive decorrentes de receitas originárias e derivadas, e os desembolsos relacionados com a ação pública e os demais fluxos que não se qualificam como de investimento ou financiamento.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – objetiva demonstrar: a) o deficit ou superavit patrimonial do período; b) cada mutação no patrimônio líquido reconhecida diretamente nele; c) o efeito decorrente da mudança nos critérios contábeis e os efeitos decorrentes da retificação de erros cometidos em exercícios anteriores; e d) as contribuições dos proprietários e distribuições recebidas por eles como proprietários. Ressalta ainda que alterações no patrimônio líquido de uma entidade entre as datas de duas demonstrações financeiras consecutivas refletem o aumento ou a diminuição da riqueza durante o período.

1 - Análise de quocientes do Balanço Orçamentário

Quociente do Equilíbrio Orçamentário	Previsão inicial da receita	36.880.000,00	1,00
	Dotação inicial da despesa	36.880.000,00	
Quociente de execução da receita	Receita realizada	41.701.034,63	1,13
	Previsão atualizada da receita	36.880.000,00	
Quociente de desempenho da arrecadação	Receita realizada	41.701.034,63	1,13
	Previsão inicial da receita	36.880.000,00	
Quociente da execução da despesa	Despesa executada	38.839.925,59	0,897
	Dotação atualizada	43.312.913,77	
Quociente do resultado orçamentário	Receita realizada	41.701.034,63	1,065
	Despesa empenhada	39.171.809,72	
Quociente da execução orçámentária corrente	Receita orçamentária corrente	38.898.727,40	1,092
	Despesa empenhada corrente	35.614.737,65	
Quociente financeiro real da ex. orçamentária	Receita realizada	41.701.034,63	1,077
	Despesa paga	38.711.036,11	

2 - Análise de quocientes do Balanço Patrimonial

Liquidez imediata	Disponibilidades	6.711.587,47	2,65
	Passivo circulante	2.534.560,30	
Liquidez Corrente	Ativo Circulante	7.515.542,31	2,97
	Passivo circulante	2.534.560,30	
Liquidez Seca	Disponibilidades + Créditos a Curto Prazo	7.257.121,24	2,86
	Passivo Circulante	2.534.560,30	
Liquidez Geral	Ativo Circulante + Ativo Realizável a Longo Prazo	8.760.521,15	1,83

	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	4.792.737,87	
Índice de Solvência	Ativo Circulante + Ativo Não-Circulante	75.979.434,52	15,85
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	4.792.737,87	
Endividamento Geral	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	4.792.737,87	0,06
	Ativo Total	75.979.434,52	
Composição do Endividamento	Passivo Circulante	2.534.560,30	0,53
	Passivo Circulante + Passivo Não-Circulante	4.792.737,87	

A **Liquidez Imediata** indica a capacidade financeira da entidade em honrar imediatamente seus compromissos de curto prazo contando apenas com suas disponibilidades, ou seja, os recursos disponíveis em caixa ou bancos, no caso do Município é de Itá é 2,65.

A **Liquidez Corrente** demonstra quanto a entidade poderá dispor em recursos a curto prazo (caixa, bancos, clientes, estoques, etc.) para pagar suas dívidas circulantes (fornecedores, empréstimos e financiamentos a curto prazo, contas a pagar, etc.), no caso do Município de Itá é de 2,97.

A **Liquidez Seca** demonstra quanto a entidade poderá dispor de recursos circulantes, sem levar em consideração seus itens não monetários como os estoques, almoxarifados e as despesas antecipadas, para fazer face às suas obrigações de curto prazo, no caso do Município é de Itá 2,86.

A **Liquidez Geral**, ou índice de solvência geral, é uma medida de capacidade da entidade em honrar todas as suas exigibilidades, contando, para isso, com os seus recursos realizáveis a curto e longo prazos, no caso do Município é de Itá é de 1,83.

O **Índice de Solvência,** Uma entidade é solvente quando está em condições de fazer frente a suas obrigações e ainda apresenta uma situação

patrimonial que garanta sua sobrevivência no futuro. No caso do Município de Itá é de 15,85.

O **Endividamento Geral** demonstra o grau de endividamento da entidade. Reflete também a sua estrutura de capital. No caso do Município de Itá é de 0,06.

A **Composição do Endividamento** representa a parcela de curto prazo sobre a composição do endividamento total. Geralmente é melhor para a entidade que suas dívidas sejam de longo prazo. No caso do Município de Itá é 0,53.

3 - Análise de quocientes da Demonstração das Variações Patrimoniais

Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais	Total das Variações Patrimoniais Aumentativas	57.532.867,41	1,067
	Total das Variações Patrimoniais Diminutivas	53.881.615,08	

O Quociente do Resultado das Variações Patrimoniais indica outra forma de se evidenciar o resultado patrimonial (Superávit ou Déficit Patrimonial), ou seja, para cada R$ 1,00 de variação diminutiva, o Município obteve R$ 1.067 de variação aumentativa.

4 - Análise de quocientes do Balanço Financeiro

Quociente Orçamentário do Resultado Financeiro	Receita Orçamentária – Despesa Orçamentária	2.529.224,91	1,79
	Variação do Saldo em Espécie	1.409.776,49	
Quociente do Resultado dos Saldos Financeiros	Saldo que passa para o Exercício Seguinte	6.711.587,47	1,27
	Saldo do Exercício Anterior	5.301.810,98	

5 - Análise de quocientes da Demonstração dos Fluxos de Caixa

Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais	Caixa Líquido Gerado nas Operações	3.112.885,78	0,85
	Resultado Patrimonial	3.651.252,33	
Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida	Caixa Líquido Gerado nas Operações	3.112.885,78	0,65
	Total do Passivo	4.792.737,87	
Quociente da Atividade Operacional	Caixa Líquido Gerado das Operações	3.112.885,78	2,17
	Total da Geração Líquida de Caixa	1.434.446,74	

O Quociente do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais em relação ao resultado patrimonial indica a dispersão entre o fluxo de caixa operacional gerado e o resultado patrimonial do exercício.

O Quociente da Capacidade de Amortização de Dívida indica a parcela dos recursos gerados pela entidade para pagamento da dívida.

O Quociente da Atividade Operacional indica a parcela da geração líquida de caixa pela entidade atribuída as atividades operacionais.

Este documento é dos Itaenses

A Notas Explicativas não são só uma obrigação legal ou uma formalidade. É por meio deste documento que o Governo Municipal presta contas aos cidadãos itaenses.

MUNICÍPIO DE ITÁ, SC
Endereço: Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro CEP: 89.760-000
CNPJ 83.024.240/0001-53
Telefone: (49) 3458-9500 Fax: (49) 3458-1198
www.ita.sc.gov.br e-mail: ita@ita.sc.gov.br

Município de Itá exercício de 2017



Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis – Consolidado

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
BALANÇO PATRIMONIAL
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS
BALANÇO FINANCEIRO
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA

RELAÇÃO DAS NOTAS EXPLICATIVAS
1 - Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis
2 - Relação dos Órgãos e Entidades
3 - Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias, quando relevante
4 - Utilização do superávit financeiro, excesso de arrecadação e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário
5 - As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária
6 - Procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente
7 - Disponibilidades
8 - Execução Orçamentária
9 - Créditos
10 - Estoques
11 - Imobilizado
12 - Obrigações
13 - Patrimônio líquido
14 - Ajustes de exercícios anteriores
15 - Variações patrimoniais diminutivas
16 - Variações patrimoniais aumentativas
17 - Receitas e despesas orçamentárias
18 - A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

Demonstrações Contábeis Aplicadas ao Setor Público e principais práticas contábeis

1 - Base de elaboração e apresentação das Demonstrações Contábeis

As Demonstrações Contábeis consolidadas deste Relatório Técnico foram elaboradas com base nos dados extraídos no sistema informatizado do Município incluem os dados consolidados do Poder Executivo e Legislativo Municipal.

São compostas pelo Balanço Orçamentário, Balanço Financeiro e Balanço Patrimonial, e também pela Demonstração das Variações Patrimoniais e Demonstração dos Fluxos de Caixa.

Essas demonstrações foram elaboradas de acordo com as orientações do Manual de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, 7ª edição, aprovado pela Portaria Conjunta STN/SOF nº 02, de 22 de dezembro de 2016, que observa os dispositivos legais que regulam o assunto, como a Lei nº 4.320/1964, a Lei Complementar nº 101/2000 e, também, as disposições do Conselho Federal de Contabilidade, assim como as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público.

Desde a adoção do novo PCASP, em 2015, foi realizado grande esforço da equipe técnica, para implantação de controles e procedimentos contábeis, entre eles, estão: o reconhecimento pelo regime de competência dos créditos tributários a receber; a reavaliação patrimonial (bens móveis, imóveis e intangíveis); registro contábil da depreciação; apropriação de despesas pagas antecipadamente; o cálculo da perda da dívida ativa; e o controle de estoque.

O Balanço Patrimonial e a Demonstração das Variações Patrimoniais estão consolidados considerando as operações entre órgãos e entidades, denominada de

"intra". Para fins de análise, sem considerar essas operações, é necessário excluir o grupo de contas com essa denominação.

As Notas Explicativas fazem parte das Demonstrações Contábeis e contêm informações relevantes, complementares ou suplementares àquelas não suficientemente evidenciadas ou não constantes nas demonstrações contábeis. Nas Notas Explicativas estão incluídos os critérios utilizados na elaboração das demonstrações contábeis, as informações de naturezas patrimonial, orçamentária, legal e de desempenho, bem como outros eventos não suficientemente evidenciados ou não constantes nas referidas demonstrações.

Nas páginas a seguir você é convidado a acompanhar os resultados da gestão orçamentária, financeira e patrimonial por meio da análise dos Demonstrativos Contábeis do exercício de 2017 e das Notas Explicativas relacionadas.

Sempre que possível, as informações apresentadas nesta prestação de contas são descritas em linguagem clara e acessível, de maneira que todos possam compreender como foram utilizados os recursos públicos no período. O objetivo principal dessa ação não é o de somente cumprir uma obrigação legal, mas o de oportunizar e ampliar os canais de comunicação entre a população e o Governo Municipal, transformando dados complexos em informações compreensíveis. Desse modo, queremos dinamizar o controle social para propiciar que a sociedade esteja mais ciente das ações do Governo Municipal.

A missão cabe ao Setor de Contabilidade do Município, responsável por organizar e consolidar os dados contábeis, oriundos do sistema informatizado de contabilidade e dos atos de gestão do Governo Municipal.

A contabilidade atua como o interlocutor entre o poder público e a sociedade. Assim, transforma os dados em informações úteis tanto para a tomada de decisões dos gestores públicos como para os cidadãos, de tal maneira que estes possam acompanhar a arrecadação e as despesas do Governo. Esse papel se revela fundamental para a

promoção da cidadania plena. Acreditamos que ela só será atingida quando gestores e administrados tiverem posições simétricas relativas às informações advindas do setor público. Em outras palavras, quando um número deixar de ser somente um número e fornecer uma perspectiva de análise e julgamentoda ação governamental.

Seguindo o propósito de aperfeiçoamento contínuo e de maior transparência e qualidade na prestação de contas do Governo Municipal, o Setor de Contabilidade não tem medido esforços a fim de aderir às boas práticas de transparência contábil, atendendo os preceitos da Lei Federal Complementar nº 131, de 27 de maio de 2009 e da Lei Federal nº 12.527, de 18 de novembro de 2011, disponibilizando informações na página do sitio oficial do Município:









2 - Relação dos Órgãos e Entidades





Secretarias

DESCRIÇÃO	RESPONSÁVEIS 2017
Camara Municipal de Vereadores	Alcir Jose Hall
Gabinete do Prefeito e Vice-Prefeito	Jairo Luiz Sartoretto
Secretaria Mun. Da Administração e Fazenda	Nereo Norberto Rostirolla
Secretaria Municipal de Educação, Esportes e Lazer	Mara Lúcia Caon
Secretaria Municipal de Assistência Social	Andriano Paulo Stadlober
Secretaria Mun Turismo e Desenvolvimento Econômico	Altir PedroGoedert

Secretaria Municipal de Transportes e Obras	Vinculado ao Gabinete Prefeito
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente	Vinculado ao Gabinete Prefeito
Secretaria Mun de Obras e Serviços Urbanos	Jonas Hugue
Secretaria Municipal de Saúde	Joice Anita Sartoretto Zotti
Fundo Mun. Direitos da Criança e Adolescência	Andriano Paulo Stadlober
Fundo Municipal de Assistência a Saúde do Servidor Publico Municipal	Jair Francisco Moschetta
Fundo Municipal de Assistência Social	Andriano Paulo Stadlober
Fundo Municipal de Turismo	Vanessa Damo Curtareli
Fundo Municipal de Saneamento Básico	Ezequiel Marcos F Andreolla
Fundo Mun. De Habitação de Interesse Social – FMHI	Andriano Paulo Stadlober
Fundo Municipal de Defesa Civil – FMDC	Jairo Luiz Sartoretto
Fundo Municipal de Direito do Idoso	Andriano Paulo Stadlober
Fundação Cultural de Itá	Vanessa Damo Curtarelli

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO – Anexo 12

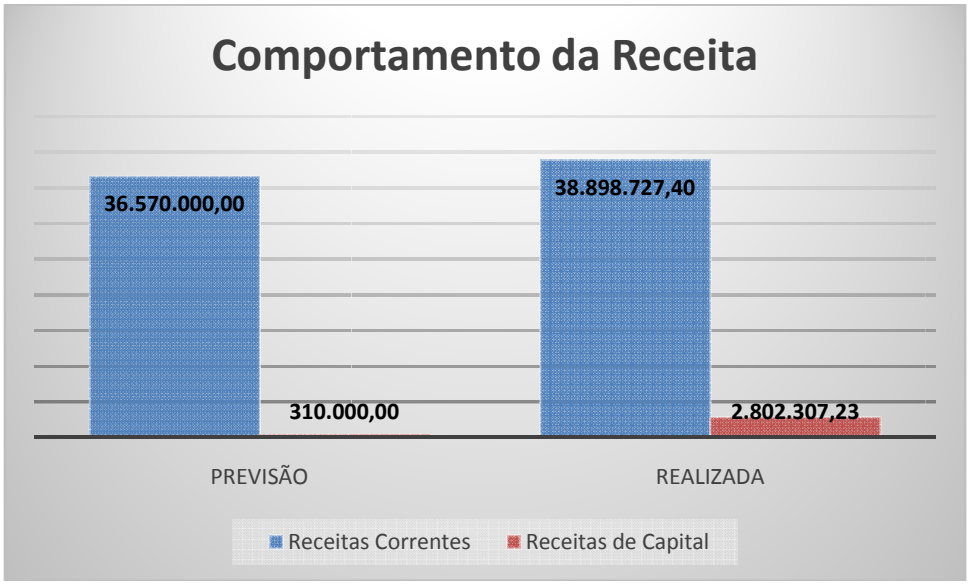
O Balanço Orçamentário demonstrará as receitas detalhadas por categoria econômica e origem, especificando a previsão inicial, a previsão atualizada para o exercício, a receita realizada e o saldo, que corresponde ao excesso ou déficit de arrecadação. Demonstrará, também, as despesas por categoria econômica e grupo de natureza da despesa, discriminando a dotação inicial, a dotação atualizada para o exercício, as despesas empenhadas, as despesas liquidadas, as despesas pagas e o saldo da dotação.

A execução do orçamento consolidado do Município de Itá em 2017 apresentou os seguintes resultados:

MUNICÍPIO DE ITÁ, SC
Endereço: Praça Dr. Aldo Ivo Stumpf, 100, Centro CEP: 89.760-000
CNPJ 83.024.240/0001-53
Telefone: (49) 3458-9500 Fax: (49) 3458-1198
www.ita.sc.gov.br e-mail: ita@ita.sc.gov.br

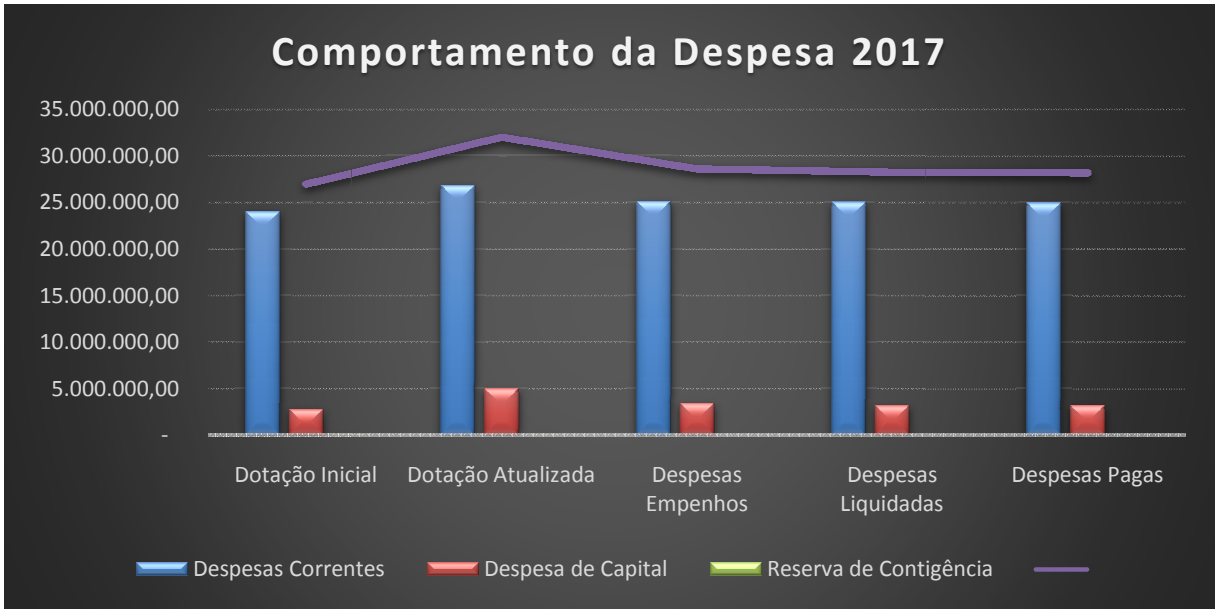
RECEITAS CONSOLIDADAS 2017

Descrição	Previsão	Realizada	Saldo
Receitas Correntes	36.570.000,00	38.898.727,40	-2.328.727,40
Receitas de Capital	310.000,00	2.802.307,23	-2.492.307,23
TOTAL	**36.880.000,00**	**41.701.034,63**	**-4.821.034,63**



DESPESASCONSOLIDADAS 2017

Descrição	Dotação Inicial	Dotação Atualizada	Despesas Empenhos	Despesas Liquidadas	Despesas Pagas	Saldo Dotação
Despesas Correntes	33.789.126,00	38.000.460,58	35.614.737,65	35.529.620,93	35.400.731,45	2.385.722,93
Despesa de Capital	2.990.874,00	5.212.453,19	3.557.072,07	3.310.304,66	3.310.304,66	1.655.381,12
Reserva de Contigência	100.000,00	100.000,00				100.000,00
	36.880.000,00	**43.312.913,77**	**39.171.809,72**	**38.839.925,59**	**38.711.036,11**	**4.141.104,05**



3 - Detalhamento das receitas e despesas intraorçamentárias (quando relevante)

Não houveram receitas e despesas intraorçamentária, apenas transferências intraorçamentárias:

Entidade concedente	Entidade recebedora	Valor
Prefeitura	Fundo Municipal de Saúde	6.580.509,88
Prefeitura	Câmara	1.000.000,00
Câmara	Prefeitura	239.492,21
Fundo Municipal de Saúde	Prefeitura	9.456,50

,

4 - Utilização do superávit financeiro, excesso de arrecadação e da reabertura de créditos especiais e extraordinários, bem como suas influências no resultado orçamentário

Foram utilizados R$ 2.695.884,40 em recursos de superávit financeiro para abertura de créditos adicionais no exercício de 2017.

Foram utilizados R$ 3.982.879,37 em recursos de excesso de arrecadação para abertura de créditos adicionais no exercício de 2017.

Não foram reabertos créditos adicionais no exercício.

5 - As atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA, que compõem a coluna Previsão Inicial da receita orçamentária

Não houveram atualizações monetárias autorizadas por lei, efetuadas antes e após a data da publicação da LOA.

6 - Procedimento adotado em relação aos restos a pagar não processados liquidados, ou seja, se o ente transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados ou se mantém o controle dos restos a pagar não processados liquidados separadamente

O Município transfere o saldo ao final do exercício para restos a pagar processados, no exercício seguinte.

7 - Execução Orçamentária

A execução orçamentária trata da utilização das receitas orçamentárias arrecadadas no ano para o atendimento das despesas públicas que foram fixadas na Lei Orçamentária Anual, buscando suprir as demandas da sociedade.

A execução orçamentária demonstra os valores da arrecadação da receita e da execução da despesa empenhada em determinado período. O confronto desses valores origina o resultado orçamentário, que pode ser positivo (superávit) quando as receitas

arrecadadas forem superiores às despesas empenhadas, ou negativo (déficit) quando ocorrer o inverso.

BALANÇO ORÇAMENTÁRIO	2017
RECEITAS	**Valor**
Previsão Inicial da Receita	36.880.000,00
Previsão Atualizada da Receita	36.880.000,00
Receitas Realizadas Líquida	41.701.034,63
Déficit Orçamentário	**0,00**
DESPESAS	**Valor**
Dotação Inicial	36.880.000,00
Créditos Adicionais	6.432.913,77
Dotação Atualizada	43.312.913,77
Despesas Empenhadas	39.171.809,72
Despesas Liquidadas	38.839.925,59
Despesa Paga	38.711.036,11
Superávit Orçamentário	**2.529.224,91**

BALANÇO PATRIMONIAL – Anexo 14

Ativos

8 - Disponibilidades

As disponibilidades são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As aplicações financeiras de liquidez imediata são mensuradas ou avaliadas pelo valor original, atualizadas até a data do Balanço Patrimonial. As atualizações apuradas são contabilizadas em contas de resultado.

O Disponível contempla o numerário e outros bens e direitos com maior capacidade de conversibilidade em moeda e está segmentado em moeda nacional.

a) Caixa e equivalentes de caixa

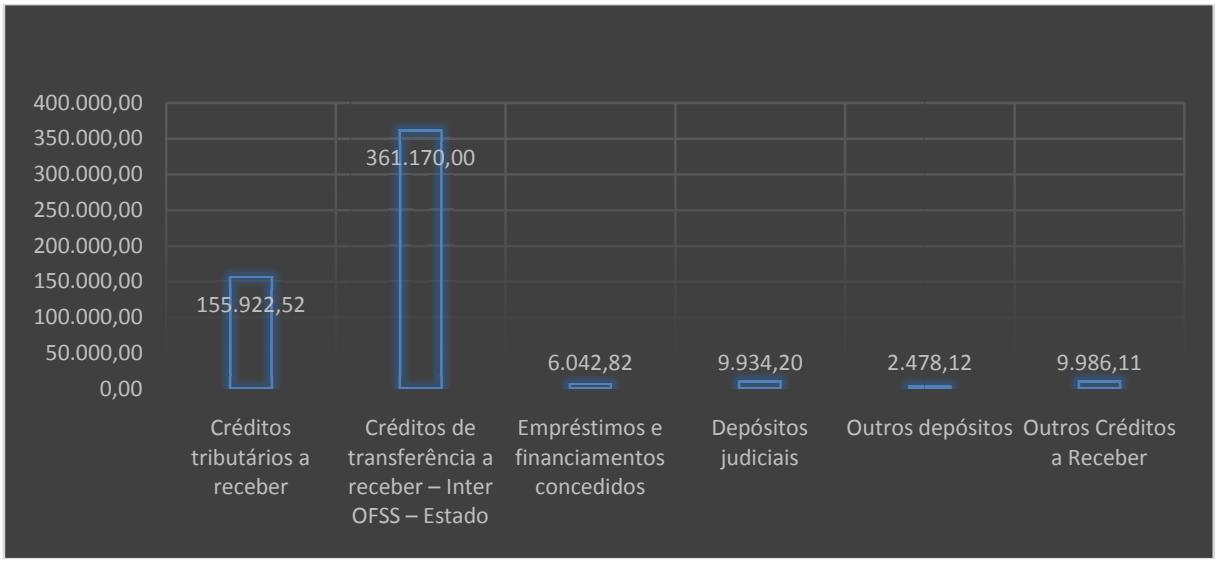
Conta	Descrição	Valor
1.1.1.1.1.01.00.01	Caixa	0,00
1.1.1.1.1.19.xx	Banco conta movimento e vinculada	6.711.587,47
1.1.1.1.1.50.xx	Aplicação financeira	0,00
Total		**6.711.587,47**

9 - Créditos

Os direitos, os títulos de créditos são mensurados ou avaliados pelo valor original. Os riscos de recebimento de direitos são reconhecidos em conta de ajuste, a qual será reduzida ou anulada quando deixarem de existir os motivos que a originaram. Os direitos, os títulos de crédito prefixadas são ajustados a valor presente. Os direitos, os títulos de crédito pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

a) Direitos, créditos e valores a curto prazo

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.2.1.1.xx	Créditos tributários a receber	155.922,52
1.1.2.3.4.xx	Créditos de transferência a receber – Inter OFSS – Estado	361.170,00
1.1.2.4.1.xx	Empréstimos e financiamentos concedidos	6.042,82
1.1.3.5.1.02	Depósitos judiciais	9.934,20
1.1.3.5.1.99	Outros depósitos	2.478,12
1.1.3.8.1.99	Outros Créditos a Receber	9.986,11
Total		**545.533,77**

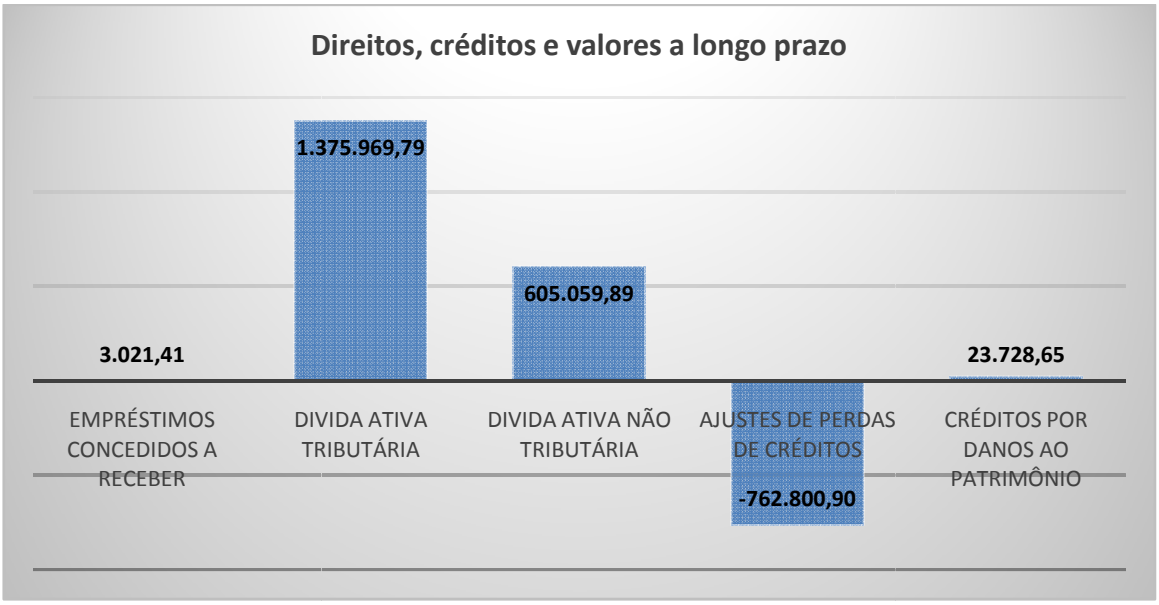


A partir de 2017, o Município manteve a dívida ativa registrada apenas em longo prazo.

Nota-se que os convênios a receber de Entidades Estaduais representam a maior parcela dos créditos em curto prazo, representando 44,92%.

b) Direitos, créditos e valores a longo prazo

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.2.1.1.1.03.xx	Empréstimos concedidos a receber	3.021,41
1.2.1.1.1.04.xx	Divida ativa Tributária	1.375.969,79
1.2.1.1.1.05.xx	Divida ativa não tributária	605.059,89
1.2.1.1.1.99.xx	Ajustes de perdas de créditos	-762.800,90
1.2.1.2.1.04.xx	Créditos por Danos ao Patrimônio	23.728,65
Total		**1.244.978,84**



Observa-se que os créditos em longo prazo referem-se a dívida ativa tributária e a divida ativa não tributária quase em sua totalidade

As perdas representam 38,51% do total de créditos de divida ativa. O cálculo da perda da divida ativa foi realizado tomando por base, valores a receber até um salário mínimo por C.P.F ou C.N.P.J, ou seja, casos que configuram um custo de cobrança maior que o benefício que pode ser gerado. Nessas situações, normalmente, o Poder Judiciário, sempre que acionado, determina o arquivamento dos processos, com valores

inferiores a um salário mínimo. Alem disso foi levando em consideração a media das arrecadações e inscrições em divida Ativa dos últimos três exercícios.

Demonstrativo da Divida Ativa

Descrição	Valor	%
Divida Ativa Tributária	1.375.969,79	69,46
Divida Ativa Não Tributária	605.059,89	30,54
Total	**1.981.029,68**	**100,00**
Ajuste para Perdas	-762.800,90	-38,51

Observa-se que do total da divida ativa, 69,46% são tributário e 30,54% de divida ativa não tributária.

10 - Estoques

Os estoques são demonstrados ao custo médio de produção, aquisição ou valor de mercado, entre esses o menor. O custo de estoques abrange todos os custos de compra, conversão e outros custos incorridos referentes ao deslocamento, como impostos não recuperáveis, custos de transporte e outros, referente ao processo de produção.

Nos casos em que o estoque for distribuído gratuitamente, os estoques são valorados a custo.

O Município de Itá não possui estoques de animais e de produtos agrícolas e extrativos.

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR
1.1.5.6.1.xx	Almoxarifado	240.751,52
1.1.5.8.1.xx	Outros estoques	0,00
Total		**240.751,52**

O estoque almoxarifado refere-se a:

DESCRIÇÃO	VALOR
Material de escritório	4.140,28
Lubrificantes	12.991,00
Pneus	127.915,47
Material de Construção	2.933,30
Medicamentos farmácia básica	92.771,47

11 - Imobilizado

O ativo imobilizado, incluindo os gastos adicionais ou complementares, é mensurado ou avaliado, inicialmente, com base no valor de aquisição, produção ou construção e, em se tratando de ativos imobilizados obtidos a título gratuito, o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou o valor patrimonial definido nos termos da doação.

O ativo imobilizado é reconhecido inicialmente com base no valor de aquisição, produção ou construção. O Município de Itá possui ativo imobilizado com vida útil econômica limitada, e por isso se sujeita ao cálculo da depreciação.

O Município de Itá não obteve em 2017 ativos do imobilizado obtidos a título gratuito. Ativos obtidos a títulos gratuito devem ser registrados pelo valor justo na data de sua aquisição, considerado o valor resultante da avaliação obtida com base em procedimento técnico ou valor patrimonial definido nos termos da doação.

a) Formação de comissão do patrimônio

Por meio do Decreto nº 121/2012, de 14 de novembro de 2012,foi criada comissão permanente de servidores, responsáveis pela atualização do patrimônio, bens móveis e imóveis, denominada, comissão para realizar os procedimentos contábeis patrimonial do município de Itá.

b) Reconhecimento dos ativos

Em atendimento ao princípio da Oportunidade, as transações foram reconhecidas e registradas integralmente no momento em que ocorrerem e os registros da entidade, desde que estimáveis tecnicamente, foram efetuados, mesmo na hipótese de existir razoável certeza de sua ocorrência. Os registros contábeis das transações das entidades do setor público devem ser efetuados, considerando as relações jurídicas, econômicas e patrimoniais, prevalecendo, nos conflitos entre elas, a essência sobre a forma. Para reconhecimento dos bens como ativos, ou baixa dos mesmos, foram consideradas necessárias às características de ser resultado de um evento passado, gerar benefício presente ou futuro, inerente a prestação de serviço público ou a exploração econômica, e, ser controlado pela Prefeitura Municipal de Itá - SC.

c) Mensuração

Consiste em determinar os valores pelos quais os elementos das demonstrações contábeis devem ser reconhecidos e apresentados nas demonstrações contábeis. Normalmente, o valor contábil abaixo do valor de mercado se deve a perda do poder aquisitivo da moeda desde a data da aquisição dos bens. Por sua vez, o valor contábil acima do valor de mercado, se deve ao não cálculo da depreciação, mantendo o ativo, sempre o valor original e não seu valor histórico. Em atendimento à orientação prevista nas normas, principalmente aos princípios do valor original e da continuidade, relativos ao assunto, a Prefeitura Municipal de Itá - SC, adotou, para fins de ajuste inicial, o valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens que apresentavam valor contábil substancialmente superior ao seu valor justo, com base em pesquisa de mercado, considerando ainda a sua data de aquisição. A pesquisa de mercado encontra-se em poder do setor de patrimônio.

d) Depreciação

Vale destacar que a administração pública municipal não praticava até o exercício de 2015 procedimentos para preservar o valor original adequado dos ativos, fazendo com que estes permanecessem com valores históricos, não configurando uma base monetária inicial confiável para a aplicação dos procedimentos de depreciação.

Somente após mensuração do valor dos ativos, para fins de ajuste inicial, pelo critério do valor justo como custo atribuído do ativo imobilizado dos bens, a Prefeitura Municipal de Itá - SC, adotou o método de depreciação linear, com estabelecimento de valor residual e vida útil dos bens, de acordo com cada classe, atendendo ao disposto nas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público e elaborada com base em pesquisa de mercado. Segue tabela de depreciação do Município, válida a partir do exercício de 2015:

MÁSCARA	DESCRIÇÃO DA CONTA	VIDA ÚTIL ECON.	VLR RESIDUAL
1.2.3.1.1.01.00	MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS		
1.2.3.1.1.01.01	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	10	10
1.2.3.1.1.01.02	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	10	10
1.2.3.1.1.01.03	APAR., EQUIP. UTENS. MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS, LABORATORIAIS E HOSPITALARES.	10	10
1.2.3.1.1.01.04	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES	10	10
1.2.3.1.1.01.05	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	10	10

1.2.3.1.1.01.06	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	10	10
1.2.3.1.1.01.07	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS ENERGÉTICOS	10	10
1.2.3.1.1.01.08	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	10	10
1.2.3.1.1.01.09	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA.	10	10
1.2.3.1.1.01.10	EQUIPAMENTOS DE MONTARIA	10	10
1.2.3.1.1.01.12	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS.	10	10
1.2.3.1.1.01.16	EQUIPAMENTOS DE MERGULHO E SALVAMENTO	10	10
1.2.3.1.1.01.18	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCIA AMBIENTAL	10	10
1.2.3.1.1.01.19	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS.	10	10
1.2.3.1.1.01.20	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS RODOVIÁRIOS.	15	10
1.2.3.1.1.01.21	EQUIPAMENTOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS	10	10
1.2.3.1.1.01.99	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS.	10	10
1.2.3.1.1.02.00	BENS DE INFORMÁTICA		
1.2.3.1.1.02.01	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTO DE DADOS	10	10
1.2.3.1.1.02.02	EQUIPAMENTOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO	10	10
1.2.3.1.1.02.03	SISTEMAS APLICATIVOS - SOFTWARES	10	10
1.2.3.1.1.03.00	MÓVEIS E UTENSÍLIOS		
1.2.3.1.1.03.01	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	10	10
1.2.3.1.1.03.02	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	10	10
1.2.3.1.1.03.03	MOBILIÁRIO EM GERAL	10	10
1.2.3.1.1.03.04	UTENSÍLIOS EM GERAL	10	10
1.2.3.1.1.04.00	MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO		
1.2.3.1.1.04.01	BANDEIRAS, FLÂMULAS E INSÍGNIAS	10	10
1.2.3.1.1.04.02	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	10	10
1.2.3.1.1.04.03	DISCOTECAS E FILMOTECAS	10	10
1.2.3.1.1.04.04	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	10	10
1.2.3.1.1.04.05	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	10	10
1.2.3.1.1.04.06	OBRAS DE ARTE E PEÇAS PARA EXPOSIÇÃO	0	100
1.2.3.1.1.04.99	OUTROS MATERIAIS CULTURAIS, EDUCACIONAIS E DE COMUNICAÇÃO	10	10
1.2.3.1.1.05.00	VEÍCULOS		
1.2.3.1.1.05.01	VEÍCULOS EM GERAL	15	20
1.2.3.1.1.08.00	BENS MÓVEIS EM ALMOXARIFADO		
1.2.3.1.1.08.05	BENS MÓVEIS INSERVÍVEIS	10	10
1.2.3.2.0.00.00	BENS IMÓVEIS		
1.2.3.2.1.00.00	BENS IMÓVEIS - CONSOLIDAÇÃO		
1.2.3.2.1.01.00	BENS DE USO ESPECIAL		
1.2.3.2.1.01.03	EDIFÍCIOS	35	30

e) Redução do valor recuperável (impairment)

O Município de Itá adota as tratativas das NBCASP, e manterá o valor contábil dos ativos de vida longa, principalmente o imobilizado a ser mantido e utilizado nas operações, com o objetivo de determinar e avaliar sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil de um ativo ou grupo de ativos não poderá ser recuperado.

Redução a valor recuperável é o ajuste ao valor de mercado ou de consenso entre as partes para bens do ativo, quando esse for inferior ao valor líquido contábil. É o reconhecimento de uma perda dos benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço de um ativo, adicional e acima do reconhecimento sistemático das perdas de benefícios econômicos futuros ou potenciais de serviço que se efetua normalmente.

f) Valor econômico do patrimônio

Apresenta-se o valor econômico do patrimônio do Município de Itá, atualizado por classe de bens, em 31 de dezembro de 2017:

CONTA	DESCRIÇÃO	SALDO EM 31/12/2017
122120101	PARTICIPAÇÃO EM SOCIEDADE CONTROLADA	1.023.839,00
123110101	APARELHOS DE MEDIÇÃO E ORIENTAÇÃO	384,10
123110102	APARELHOS E EQUIPAMENTOS DE COMUNICAÇÃO	20.725,52
123110103	APARELHOS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS MÉDICOS, ODONTOLÓGICOS E HOSPITALARES	140.468,74
123110104	APARELHOS E EQUIPAMENTOS PARA ESPORTES E DIVERSÕES	228.355,91
123110105	EQUIPAMENTO DE PROTEÇÃO, SEGURANÇA E SOCORRO	27.492,70
123110106	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS	45.825,00
123110108	MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS GRÁFICOS	2.370,00
123110109	MÁQUINAS, FERRAMENTAS E UTENSÍLIOS DE OFICINA	21.459,51
123110112	EQUIPAMENTOS, PEÇAS E ACESSÓRIOS PARA AUTOMÓVEIS	531,90
123110118	EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO E VIGILÂNCA AMBIENTAL	5.176,00
123110119	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS AGROPECUÁRIOS	4.457.420,58
123110120	MÁQUINAS, EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS	393.000,00

	RODOVIARIOS	
123110121	EQUIPAMENTOS ELÉTRICOS E HIDRÁULICOS	7.400,00
123110199	OUTRAS MÁQUINAS, APARELHOS, EQUIPAMENTOS E FERRAMENTAS	1.484.061,00
123110201	EQUIPAMENTOS DE PROCESSAMENTOS DE DADOS	283.876,18
123110301	APARELHOS E UTENSÍLIOS DOMÉSTICOS	103.116,81
123110302	MÁQUINAS E UTENSÍLIOS DE ESCRITÓRIO	462.650,99
123110303	MOBILIÁRIO EM GERAL	1.006.956,48
123110402	COLEÇÕES E MATERIAIS BIBLIOGRÁFICOS	16.406,40
123110404	INSTRUMENTOS MUSICAIS E ARTÍSTICOS	16.690,82
123110405	EQUIPAMENTOS PARA ÁUDIO, VÍDEO E FOTO	199.205,23
123110501	VEÍCULOS EM GERAL	1.987.187,60
123110503	VEÍCULOS DE TRAÇÃO MECÂNICA	126.745,30
123119999	OUTROS BENS MÓVEIS	97.516,00
123210103	EDIFÍCIOS	14.387.484,87
123210104	TERRENOS/GLEBAS	31.405.267,78
123210111	IMÓVEIS DE USO RECREATIVO	4.482.439,77
123210198	OUTROS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL	49.308,13
123210413	TERRENOS	54.000,00
123210500	BENS DE USO COMUM DO POVO	6.709.095,46
123210601	OBRAS EM ANDAMENTO	1.251.672,91
123810101	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA MAQ. APARELHOS E EQUIP.	1.810.164,56
123810102	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA BENS DE INFORMATICA	71.077,55
123810103	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MÓVEIS E UTENSÍLIOS	391.027,44
123810104	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE MATERIAIS CULT. EDUCAC.	36.080,10
123810105	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE VEÍCULOS	348.117,27
123810199	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS MÓVEIS	33.991,91
123810201	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS DE USO ESPECIAL	441.995,40
123810299	(-) DEPRECIAÇÃO ACUMULADA DE BENS IMÓVEIS	146.763,09
TOTAL		**67.218.913,37**

g) Intangível

O Município de Itá não possui bens intangíveis em seu patrimônio.

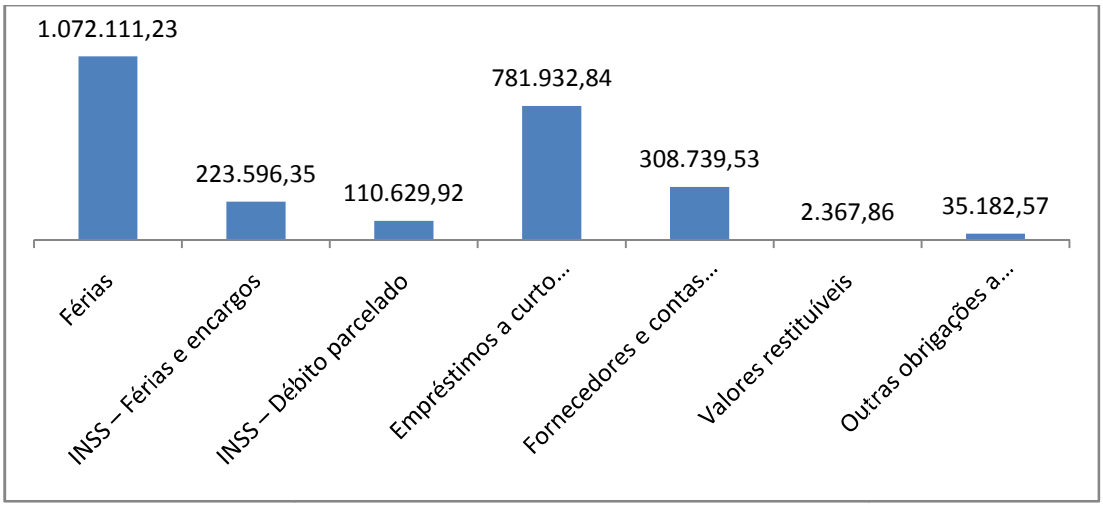
Passivos

12 - Obrigações

As obrigações são mensuradas ou avaliadas pelo valor original. As obrigações pós-fixadas são ajustados considerando-se todos os encargos incorridos até a data de encerramento do balanço. As provisões são constituídas com base em estimativas pelos prováveis valores de reconhecimento para os passivos. As atualizações e os ajustes apurados são contabilizados em contas de resultado.

Saldo das obrigações para 2018:

Passivo Circulante		
2.1.1.1.1.01.03	Férias	1.072.111,23
2.1.1.4.3.01.01	INSS – Férias e encargos	223.596,35
2.1.1.4.3.01.02	INSS – Débito parcelado	110.629,92
2.1.2.1.x.xx	Empréstimos a curto prazo	781.932,84
2.1.3.1.1.xx	Fornecedores e contas a pagar	308.739,53
2.1.8.8.1.xx	Valores restituíveis	2.367,86
2.1.8.9.1.xx	Outras obrigações a curto prazo	35.182,57
Total		**2.534.560,30**



Nota-se que as férias representam grande parcela das obrigações do curto prazo. Férias são passivos derivados de apropriações por competência, decorrentes de serviços recebidos, mas que não tenham sido pagos.

O Município de Itá, registrou passivos por competência como férias e décimo terceiro, durante o exercício de 2017. As informações foram recebidas do Departamento de Recursos Humanos do Município.

13 - Patrimônio líquido

Compreende o valor residual dos ativos depois de deduzidos todos os passivos. Quando o valor do Passivo for maior que o valor do ativo, o resultado é denominado Passivo a Descoberto. Neste caso, a expressão Patrimônio Líquido deve ser substituída por Passivo a Descoberto.

14 - Ajustes de exercícios anteriores

Os ajustes de exercício anteriores referem-se principalmente pela mudança da nova política contábil.

Esta conta recebeu valores em relação retificação de **erros de exercícios anteriores**, pois anteriormente o patrimônio imobilizado não possuía seus valores atualizados a preço justo, e, pela **mudança de critério contábil** pela movimentação da conta estoque.

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES PATRIMONIAIS – Anexo 15

15 -Variações patrimoniais diminutivas

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR	%
3.1.1	Remuneração a pessoal	16.545.452,29	30,71
3.1.2	Encargos patronais	3.412.277,83	6,33
3.1.9	Outras variações patrimoniais diminutivas	79.128,79	0,15
3.2.9	Outros benefícios assistenciais	265.289,82	0,49
3.3.1	Uso de material de consumo	4.053.433,67	7,52
3.3.2	Serviços	10.670.803,74	19,80
3.3.3	Depreciação	1.291.029,72	2,40
3.4.1	Juros e encargos de empréstimos e financiamentos	328.668,66	0,61
3.5.1	Transferências intragovernamentais	7.929.990,03	14,72
3.5.2	Transferências intergovernamentais	5.687.481,25	10,56
3.5.3	Transferências a instituições privadas	907.198,15	1,68

3.5.5	Transferências a consórcios públicos	104.330,84	0,19
3.5.9	Outras transferências e delegações concedidas	14.012,20	0,03
3.6.1	Reavaliação, redução a valor recuperável e ajuste para perdas	313.744,92	0,58
3.6.2	Perdas com alienação	83.772,34	0,16
3.6.5	Desincorporação de ativos	755.149,31	1,40
3.7.2	Contribuições	410.418,65	0,76
3.9.1	Premiações	15.060,80	0,03
3.9.4	Incentivos	428.948,33	0,80
3.9.5	Subvenções econômicas	268.650,00	0,50
3.9.7	VPD de constituição de provisões	273.207,66	0,51
3.9.9	Diversas variações patrimoniais diminutivas	43.566,08	0,08
Total		**53.881.615,08**	**100,00**

O gasto com pessoal representa 37,19% do total das variações patrimoniais diminutivas, e são constituídos por despesas com remuneração de pessoal, Encargos Patronais e outras Variações Patrimoniais diminutivas.

O processo de depreciação iniciou em 2015, em atendimento as NBCASP.

O montante de R$ 10.670.803,74 de serviços, refere-se a R$ 445.860,72 serviços de pessoa física e R$ 10.160.987,86 serviços de pessoa jurídica, como transporte, serviços médicos, hospitalares, odontológicos e laboratoriais e R$ 58.555,16 em diárias.

No exercício de 2017 o Município de ITÁ registrou R$ 755.149,31 de desincorporação de ativos, o que representa 1,40% do total das VPDs.

16 - Variações patrimoniais aumentativas

CONTA	DESCRIÇÃO	VALOR	%
4.1.1	Impostos	2.800.361,59	4,87
4.1.2	Taxas	558.939,06	0,97
4.1.3	Contribuições por melhoria	1.113,27	0,00
4.2.1	Contribuições sociais	482.138,06	0,84
4.2.2	Contribuições de intervenção do domínio econômico	301.203,43	0,52
4.3.3	Exploração de bens e direitos e prestação de serviços	100.977,59	0,18
4.4.2	Juros e encargos de mora	276.242,12	0,48
4.4.5	Remuneração de depósitos bancários e aplicação financeira	438.456,61	0,76
4.5.1	Transferências intragovernamentais	7.929.990,03	13,78
4.5.2	Transferências inter governamentais	38.437.898,10	66,81
4.5.3	Transferências das instituições privadas	1.194.363,08	2,08
4.5.8	Transferências de pessoas físicas	21.782,78	0,04
4.6.3	Ganhos com incorporação de ativos	1.143.246,92	1,99

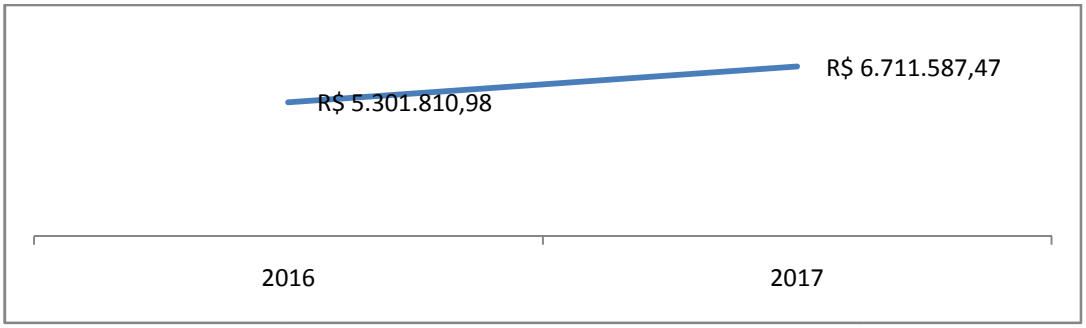
4.6.4	Ganhos com desincorporação de passivos	2.542,75	0,00
4.9.7	Reversão de provisões e ajustes de perdas	34.685,10	0,06
4.9.9	Outras variações patrimoniais aumentativas	3.808.926,92	6,62
Total		**57.532.867,41**	**100,00**

Nota-se que as transferências inter governamentais representam o maior valor entras as VPAs, 66,81%, o que torna o município refém do Governo Estadual e Federal.

BALANÇO FINANCEIRO – Anexo 13

17 - Receitas e despesas orçamentárias

O Balanço Financeiro evidencia as receitas e despesas orçamentárias, bem como os ingressos e dispêndios extraorçamentários, conjugados com os saldos de caixa do exercício anterior e os que se transferem para o início do exercício seguinte.



Observa-se variação de aproximadamente 26,59% no saldo em espécie, quando comparado 2016 e 2017, aumento de R$ 1.409.776,49no saldo.

As transferências intraorçamentárias representaram R$ 7.929.990,03, envolvendo Entidades como a Prefeitura, Fundo Municipal de Saúde e Câmara de Vereadores.

A movimentação extraorçamentária Recebimentos de R$ 3.725.130,63referem-se a inscrição de restos a pagar e da movimentação de créditos a receber e obrigações, no curto prazo. Os Pagamentos no montante de R$ 4.844.579,05, refere-se ao pagamento de restos a pagar e da movimentação de demais créditos e obrigações no curto prazo.

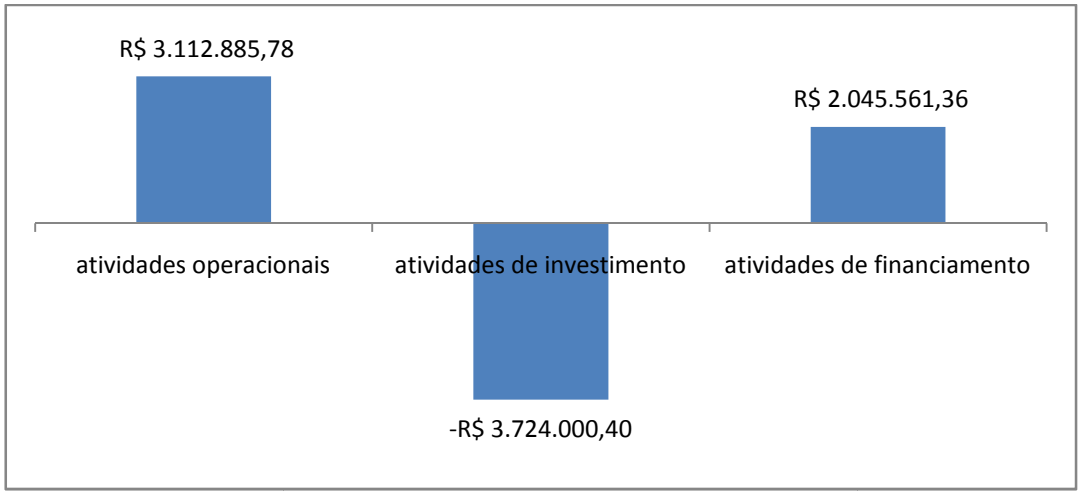
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXO DE CAIXA – Anexo 18

18 -A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC)

A Demonstração dos Fluxos de Caixa (DFC) identificará:

a. as fontes de geração dos fluxos de entrada de caixa;
b. os itens de consumo de caixa durante o período das demonstrações contábeis; e
c. c. o saldo do caixa na data das demonstrações contábeis.

Esta Demonstração permite a análise da capacidade de a entidade gerar caixa e equivalentes de caixa e da utilização de recursos próprios e de terceiros em suas atividades.



Observa-se que o Município obteve geração de caixa das atividades operacionais da Entidade no montante de R$ 3.112.885,78, que provém do esforço do Município em manter um resultado econômico favorável.

As atividades de investimento demonstram que houve uma redução do capital circulante líquido da Entidade, que investiu recursos líquidos de R$ 1.198.223,27 em Ativo Não Circulante e R$ 2.669.625,33 de outros desembolsos. Os ingressos de receita representaram R$ 143.848,20.

As atividades de financiamento obtiveram resultado superavitário de R$ 2.045.561,36, que se refere principalmente a transferências de capital R$ 1.431.086,15 recebidas em comparação com outros desembolsos no montante de R$ 612.897,67.

Não houve contratação de operação de crédito no exercício.

Considerações Finais

As demonstrações contábeis foram elaboradas atendendo a Lei Federal 4.320, de 17 de março de 1964, as Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público, conforme exigências do Tribunal de Contas de Santa Catarina, TCE/SC.

Itá, SC em 31 de Dezembro de 2017.

JAIRO LUIZ SARTORETTO
Prefeito Municipal
CPF 182.652.199-20

ELTON JOSE THOMAS
Contador CRC/SC 019.277/O-9
CPF 687.541.759-68